

BOLETIM DO ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

História e Memória da Ciência e da Tecnologia em Portugal. O Arquivo de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Author(s): Rollo, Maria Fernanda; Meireles, Paula; Ribeiro, Madalena; Brandão, Tiago

Published by: Imprensa da Universidade de Coimbra

Persistent URL: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/5518>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/2182-7974_25_10

Accessed : 20-Apr-2021 11:11:40

The browsing of UC Digitalis, UC Pombalina and UC Impactum and the consultation and download of titles contained in them presumes full and unreserved acceptance of the Terms and Conditions of Use, available at https://digitalis.uc.pt/en/terms_and_conditions.

As laid out in the Terms and Conditions of Use, the download of restricted-access titles requires a valid licence, and the document(s) should be accessed from the IP address of the licence-holding institution.

Downloads are for personal use only. The use of downloaded titles for any another purpose, such as commercial, requires authorization from the author or publisher of the work.

As all the works of UC Digitalis are protected by Copyright and Related Rights, and other applicable legislation, any copying, total or partial, of this document, where this is legally permitted, must contain or be accompanied by a notice to this effect.



VOLUME
XXV

BOLETIM DO
ARQUIVO DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

2012

IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

• U • C •



História e Memória da Ciência e da Tecnologia em Portugal. O Arquivo de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MARIA FERNANDA ROLLO

Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL)
fernandarollo@netcabo.pt

PAULA MEIRELES

Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL e Fundação para a Ciência e a Tecnologia
paula.meireles@fct.mctes.pt

MADALENA RIBEIRO

Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL e Fundação para a Ciência e a Tecnologia
madalena.ribeiro@fct.mctes.pt

TIAGO BRANDÃO

Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
brandao.tiago@gmail.com

Artigo entregue em: 29 de janeiro de 2012

Artigo aprovado em: 19 de abril de 2012

RESUMO:

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia – IP (FCT) foi criada em 1997, sucedendo à Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT). Tem por missão

“o desenvolvimento, o financiamento e a avaliação de instituições, redes, infraestruturas, equipamentos científicos, programas, projetos e recursos humanos em todos os domínios da ciência e da tecnologia, bem como o desenvolvimento da cooperação científica e tecnológica internacional.” (Decreto-Lei n.º 45/2012, art.º 3.º).

A história da FCT, confunde-se com o percurso da própria história da ciência e tecnologia e da organização da ciência em Portugal. A par desse passado histórico, a FCT é herdeira e detentora de um significativo património, com larga predominância de acervo documental, que inclui, para além do seu próprio arquivo, o espólio da JNICT e de outros organismos públicos e privados.

A FCT tem desenvolvido várias iniciativas no sentido de garantir a preservação, organização e divulgação do seu arquivo histórico, valorizando o seu caráter verdadeiramente singular e único no que respeita ao conhecimento da história da organização e administração da ciência, das políticas científicas e, afinal, da própria história das ciências em Portugal, perspetivando-se mesmo um espaço de cultura e memória que pode integrar outros contributos, nomeadamente acervos pessoais, que encontrariam nessa integração um lugar adequado que garantiria a sua salvaguarda e que de alguma forma completaria e alargaria esse património nacional que é o Arquivo da FCT.

Entende-se que, para lá da missão permanentemente renovada de promover ciência, a inexorabilidade histórica coloca a FCT, e as instituições que a precederam, decorridos pouco mais de quarenta anos da criação da JNICT, como objeto de ciência.

PALAVRAS-CHAVE: História da ciência; Arquivos; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica; Fundação para a Ciência e a Tecnologia

ABSTRACT:

The Fundação para a Ciência e a Tecnologia – IP (FCT) was created in 1997, replacing the Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT). It has as its mission

“the development, funding and evaluation of institutions, networks, infrastructures, scientific equipment, programs, projects and human resources in all domains of science and technology, as well as the development of international scientific and technological cooperation” (Decree-law No. 45/2012, article 3).

The history of FCT, is indistinguishable from the history of science, technology and of the organization of science in Portugal. Along with that historical past, FCT is entrusted with a significant heritage, mainly of an archival nature, which includes, apart from its own archive, the archives of JNICT and of other public and private institutions.

FCT has carried out several initiatives with the aim of granting the preservation, organization and promotion of its historical archive, stressing its truly remarkable and unique character with respect to the knowledge of the history of organization and administration of science, of science policy and, finally, of the history of science in Portugal. The archive has been envisaged as a space of culture and memory, able to integrate other contributes, namely personal archives, thereby granting its preservation and completing and enlarging the national heritage that the FCT Archive is. It is assumed that, along with the permanently renewed mission of promoting science, forty years after the

KEYWORDS: History of Science; Archives; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica; Fundação para a Ciência e a Tecnologia

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia – IP (FCT) foi criada em 1997, sucedendo à Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT). Tem por missão

“o desenvolvimento, o financiamento e a avaliação de instituições, redes, infraestruturas, equipamentos científicos, programas, projetos e recursos humanos em todos os domínios da ciência e da tecnologia, bem como o desenvolvimento da cooperação científica e tecnológica internacional.” (Decreto-Lei n.º 45/2012, art.º 3.º).

A história da FCT, confunde-se com o percurso da própria história da ciência e tecnologia e da organização da ciência em Portugal. A par desse passado histórico, a FCT é herdeira e detentora de um significativo património, com larga predominância de acervo documental, que inclui, para além do seu próprio arquivo, o espólio da JNICT e de outros organismos públicos e privados.

A FCT tem desenvolvido várias iniciativas no sentido de garantir a preservação, organização e divulgação do seu arquivo histórico, valorizando o seu carácter verdadeiramente singular e único no que respeita ao conhecimento da história da organização e administração da ciência, das políticas científicas e, afinal, da própria história das ciências em Portugal, perspetivando-se mesmo um espaço de cultura e memória que pode integrar outros contributos, nomeadamente acervos pessoais, que encontrariam nessa integração um lugar adequado que garantiria a sua salvaguarda e que de alguma forma completaria e alargaria esse património nacional que é o Arquivo da FCT.

Entende-se que, para lá da missão permanentemente renovada de promover ciência, a inexorabilidade histórica coloca a FCT, e as instituições que a precederam, decorridos pouco mais de quarenta anos da criação da JNICT, como objeto de ciência.

1. História e Memória da Organização da Ciência em Portugal

Se a história da prática científica e do desenvolvimento da ciência conta já com diversos contributos, para diferentes períodos históricos¹, a história das instituições e das políticas científicas, da organização da ciência pelo poder central, entenda-se, é uma aproximação “político-institucional” à história da ciência que tem carecido de atenção historiográfica. Também se compreende que um quesito fundamental para o aprofundamento da nossa história institucional reside, precisamente, em acautelar o património documental e a estreita cooperação entre historiadores e arquivistas.

Em particular, a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) foi criada em 11 de julho de 1967, sendo-lhe cometidas as “funções de planear, coordenar e fomentar a investigação científica e tecnológica no território nacional”².

O diploma da sua criação vinha, com efeito, reconhecer a importância crescente da expansão da ciência e da tecnologia e o significado do percurso histórico que,

“sobretudo após o primeiro conflito mundial, vinha institucionalizando a pesquisa científica e tecnológica, afirma em que medida a pesquisa laboratorial e tecnológica se tornou um labor coletivo, organizado à escala nacional, assumindo a natureza de verdadeiro serviço público, apontando para a necessidade e a urgência de constituir, desde já, o núcleo que deverá auxiliar o Governo na definição e realização da política científica nacional”³.

De facto, a vontade e a necessidade de organizar a ciência tinham já um passado histórico, em que para o efeito importa remontar apenas até

¹ A mero título de exemplo, AA.VV, 1986; AA.VV, 1992a; PEREIRA *et alii*, 2006; FITAS *et alii*, 2008.

² Decreto-Lei n.º 47 791, *Diário do Governo*, I Série, Número 160, de 11 de julho de 1967.

³ *Idem*.

ao início do século xx, cumprindo um percurso, em que se inscrevia agora a criação da JNICT, que se manteve sempre a par da observação atenta das experiências internacionais quanto aos modelos de coordenação da investigação científica e tecnológica.

1.1. Génese e organismos de organização da ciência em Portugal

Frustradas diversas tentativas, foi já no contexto da Ditadura Militar que se criou pelo Decreto n.º 16 381, de 16 de janeiro de 1929, a Junta de Educação Nacional (JEN)⁴. A JEN era, claramente, uma herança republicana, tendo um programa vasto e ambicioso, que ia da ciência à cultura, passando ainda por intuitos de pedagogia nacional. Criada no seio do Ministério da Instrução, então chefiado por Gustavo Cordeiro Ramos⁵, a JEN encarregou-se, essencialmente, de conceder bolsas, criar centros e atribuir subsídios. Viria a sofrer ampla organização em 1936 (pelo Decreto-Lei n.º 26 611, de 19 de maio⁶). Criando-se então uma Junta Nacional de Educação (JNE), essa JNE viria a ser organizada em várias secções, contendo uma 7.ª secção encarregue da cultura e da ciência, que se designou Instituto para a Alta Cultura (IAC), que herdava assim as funções da anterior JEN. Ainda que cerceado na sua autonomia, o IAC veio a ter um papel importante no envio de bolseiros para o estrangeiro e na criação de centros de investigação, pese embora a natureza de condicionalismos que a estreiteza de visão e de meios e, sobre-

⁴ Decreto n.º 16 381, *Diário do Governo*, I Série, n.º 13, 16 de janeiro de 1929.

Ver sobre a criação da Junta de Educação Nacional e a questão da política de organização da ciência em Portugal na primeira metade do século XX, e inclusive sobre os diversos organismos em projecto antecedentes da JEN, em pleno período republicano, ROLLO *et alii*, 2011.

⁵ Gustavo Cordeiro Ramos (1888-1974) - Frequentou o Curso Superior de Letras, em Lisboa, completando a sua formação em Leipzig, na Alemanha. Regressou a Évora, cidade natal, onde lecionou como professor efetivo do Liceu. Fixou-se depois em Lisboa, assumindo funções como professor catedrático de Filologia Germânica na Faculdade de Letras. Foi ministro da Instrução Pública dos governos de Vicente de Freitas de 10 de novembro 1928 a 8 de julho de 1929, do general Domingos de Oliveira, de 21 de janeiro de 1930 a 5 de julho 1932 e, já com Oliveira Salazar, de 5 de julho de 1932 a 24 de julho de 1933. Figura incontornável do Estado Novo, destacou-se pela representação do regime na área da educação, com marcada tendência germanófila. Deputado, a partir de 10 de janeiro de 1935, seria nomeado para o Conselho Corporativo, como Procurador à Câmara Corporativa, cargo que exerceu até 1945. Foi o ministro responsável pela criação efetiva da Junta de Educação Nacional, em janeiro de 1929. Quando, em 1936, foi constituída a Junta Nacional de Educação (órgão que iria integrar o Instituto para a Alta Cultura), Cordeiro Ramos assumiu a respetiva direção. Entre 1942 e 1964 assumiria então a presidência do IAC.

⁶ *Diário do Governo*, I Série, n.º 116, de 19 de maio de 1936.

tudo, as idiosincrasias autoritárias e redutoras da matriz política vigente⁷ implicaram, como comprovam à evidência as sucessivas purgas académicas – tendo inclusive ficado emblemática a ofensiva de 1946/47⁸.

Em termos gerais, a II Guerra Mundial e o contexto de tensão e competição da Guerra Fria que lhe sucedeu tiveram um impacto decisivo na evolução da ciência, que passou a ser vista quer como valor subsidiário da economia (industrialização da ciência) e da defesa e segurança nacional (*Big Science* e corrida aos armamentos⁹) e que, deste modo, passaria a assumir um crescente valor económico, político e estratégico.

Entretanto, nos Estados Unidos era elaborado o relatório *Science, The Endless Frontier*, por Vannevar Bush, engenheiro do MIT e conselheiro científico do presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt. Nesse relatório estabelecia-se, como princípio básico para a ação do poder central, a responsabilidade do governo federal na área da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico. Defendia-se a promoção de uma política nacional para a investigação e educação científicas e lançava-se a discussão em torno da criação de uma *National Science Foundation* (NSF, que viria enfim a ser criada em 1950).¹⁰ Entre tudo, ficaria a apologia de uma política científica que defendesse os interesses das nações na nova conjuntura do pós-guerra – um quadro marcado pelas dinâmicas da ajuda Marshall ou pela atuação de organismos internacionais, como a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) ou a Agência Europeia de Produtividade (AEP) –, e que, paulatinamente, foi chegando aos diversos países europeus¹¹.

Em Portugal, a seguir à Segunda Guerra também se discutiu na Assembleia Nacional, em março de 1950¹², o estado da investigação científica, propondo-se

⁷ Ver sobre a história da Junta de Educação Nacional e os organismos que lhe sucederam e sobre a questão da política e sistema de organização da ciência e da investigação em Portugal no século XX, ROLLO *et alii*, 2012.

⁸ Ver os textos mais recentes sobre esta questão ROSAS, 1999; ROSAS, 2011; ROLLO, 2011 e ROLLO *et alii*, 2012, p. 110 e ss..

⁹ AA.VV, 1992b; AA.VV, 1992c; WESTAD, 2000; REYNOLDS, 2000, p. 494 e ss.; REYNOLDS, 2010, HOLLOWAY, 2010.

¹⁰ BUSH, 1945.

¹¹ Vd. ROLLO, 2007.

¹² *Diário das Sessões da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa*, V Legislatura (1949-1953), Sessão de 14 de março de 1950, n.º 30, de 15 de março de 1950. O debate prosseguiu por mais três sessões. O primeiro aviso prévio datava de 13 de Janeiro de 1950. Cf.: Sessão n.º 15 da Assembleia Nacional, de 13 de Janeiro de 1950, *ibidem*, n.º 15, de 15 de Janeiro de 1950; Sessão n.º 31 da Assembleia Nacional, de 15 de Março de 1950, *ibidem*, n.º 31, de 16 de Março de 1950; Sessão n.º 32 da Assembleia Nacional, de 16 de Março de 1950, *ibidem*, n.º 32, de 17 de Março de 1950; Sessão n.º 33 da Assembleia Nacional, de 17 de Março de 1950, *ibidem*, n.º 33, de 18 de

a “metamorfose” do Instituto para a Alta Cultura numa “Fundação Nacional de Ciência”. Contudo, e apesar desta ideia ambiciosa, o que se seguiu foi uma nova reestruturação do IAC¹³, que passou a designar-se Instituto de Alta Cultura, autonomizando-se, então, da Junta Nacional de Educação (JNE), mas mantendo o escopo de atuação no Ministério da Educação Nacional. Contemplava-se, ainda assim, a necessidade de montar uma estrutura de maior envergadura administrativa; no entanto, deixava-se só implicitamente ao IAC a questão da coordenação da investigação, e apenas no âmbito do Ministério da Educação. Já o tópico da projeção cultural do País parecia ganhar novo fôlego.¹⁴

Apesar dos impasses, os anos 50 registaram iniciativas em alguns setores estratégicos, nomeadamente no que se refere à energia nuclear e às colónias africanas. Em 1952 foi criada, no IAC (Despacho do Ministério da Educação Nacional de 10 de outubro) uma Comissão Provisória de Estudos de Energia Nuclear, com grande protagonismo de Francisco de Paula Leite Pinto¹⁵ – núcleo do qual nasceria o projeto de criação da Junta de Energia Nuclear¹⁶. Foi também então que, seguindo uma linha de reforço da soberania nacional, ganhou envergadura o projeto da “ocupação científica” do

Março de 1950. Em torno do debate da organização da ciência nos anos 50, em Portugal, pode ver-se ainda Parecer n.º 21/V, Constituição e regulamentação do Conselho Superior das Investigações Científicas e das Relações Culturais (Projecto de decreto-lei n.º 512), Relator Marcelo Caetano (Presente ao Governo em 7 de Novembro de 1951).

¹³ Decreto-Lei n.º 38 680, *Diário do Governo*, I Série, n.º 61, de 17 de março de 1952.

¹⁴ Em específico, para uma descrição e interpretação deste debate veja-se ROLLO *et alii*, 2012, p. 196 e ss. e 210 e ss.

¹⁵ Francisco de Paula Leite Pinto (1902-2000) - Formado em diversas áreas científicas, licenciou-se inicialmente em Matemática, seguindo depois o curso de engenheiro-geógrafo (Faculdade de Ciências de Lisboa) e o curso da Escola Normal Superior de Lisboa. Foi bolseiro da Junta de Educação Nacional em Paris, entre 1929 e 1934, onde se especializou em Astronomia e se formou como *Ingénieur des Ponts e Chaussées* na célebre Escola de Paris. Foi o primeiro leitor de português da *Sorbonne* pela Junta, entre 1931 e 1933. Em 1934 seria convidado para secretário-geral da JEN, substituindo Simões Raposo, funções que manteve com a transição para o IAC. Foi ainda vogal da Junta das Missões Geográficas e das Investigações Coloniais, diretor dos Serviços de Propaganda e dos Serviços de Intercâmbio e Propaganda da Mocidade Portuguesa e deputado à Assembleia Nacional na II Legislatura do Estado Novo (1938-1942). Em 1954 foi nomeado presidente da Comissão de Estudos de Energia Nuclear do IAC, aliás por ele impulsionada ainda antes da sua constituição efetiva. Em 1962 ocupou o cargo de presidente da Junta de Energia Nuclear, organismo de que fora impulsionador e vice-presidente. Entre 1955 e 1961 ocupou a pasta da Educação Nacional onde promoveu a renovação do sistema educativo. Foi ainda procurador à Câmara Corporativa (VI, VIII, IX e X Legislaturas), reitor da Universidade Técnica (1963-1966), administrador da Fundação Calouste Gulbenkian e presidente da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), organismo criado junto da Presidência do Conselho, em julho de 1967, e de que foi principal promotor. Depois de 25 de abril de 1974, retirou-se para França e para o Brasil e dedicou-se à docência.

¹⁶ Decreto-Lei n.º 39 580, *Diário do Governo*, I Série, n.º 65, de 29 de março de 1954.

Ultramar, cuja pedra decisiva havia já sido lançada pelo Decreto-Lei n.º 35 395, de 26 de dezembro 1945, que veio reformar a anteriormente criada (1936) Junta das Missões Geográficas e das Investigações Coloniais (agora se permitia designar apenas Junta das Investigações Coloniais). Foram criados, inclusive, pelo Decreto n.º 40 078, de 7 de março de 1955, os Institutos de Investigação Científica de Angola e Moçambique.¹⁷

No contexto externo, os anos 60 vieram trazer algum questionamento dos moldes da ação estatal para com a ciência, assinalando-se a necessidade de delimitar os interesses do Estado e da sociedade sobre a investigação conduzida.¹⁸ É comum ver-se estes anos 60 como os anos da entrada dos economistas no terreno das políticas científicas, assinalando o papel da ciência e da tecnologia no crescimento económico e mesmo no bem-estar social. Passadas então as atitudes eufóricas¹⁹, o objetivo focava-se agora na distribuição racional dos recursos, numa referência explícita ao estabelecimento de prioridades.²⁰

É então que, também no âmbito nacional, e depois de sucessivos anos de algum impasse, e talvez sob o impulso de personalidades de relevo, como o mencionado Francisco de Paula Leite Pinto (que entretanto, entre 1955 e 1961, assumira a tutela da Educação Nacional), ou sob a influência crescente de circuitos internacionais de política científica, nomeadamente da OECE/OCDE (recorde-se o andamento do projeto das Equipas-Piloto, que contemplou também Portugal) e da própria OTAN, se começou a insinuar a ideia de que urgia organizar com maior detalhe e orientação a investigação científica nacional. Afirmava-se a ideia de uma maior coordenação, tanto por causa de imperativos de prestígio como por necessidade de potencializar os escassos meios e recursos existentes.

Foi então que, colocando-se em maior amplitude o tema da administração da ciência, e com certa acuidade estratégica própria da conjuntura, e inclusive no quadro da Guerra Fria, se decidiu pela importância de definir uma “política científica nacional”. A este desejo correspondeu a criação da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), no seio da Presidência do Conselho, pelo Decreto-Lei n.º 47 791, de 11 de julho de 1967²¹.

¹⁷ *Diário do Governo*, I Série, n.º 50, 7 de março de 1955.

¹⁸ GREENBERG, 1967.

¹⁹ SALOMON, 1977, p. 51

²⁰ WEINBERG, 1975.

²¹ Ver, entre outros estudos, a contribuição recente de Tiago Brandão para a história da JNICT em BRANDÃO, 2008.

1.2. Criação e História da JNICT (1967-1997)

A principal novidade da JNICT, de um ponto de vista da história das políticas científicas, é a assunção dessa necessidade de coordenação dos recursos nacionais, englobando os mais diversos setores, da economia à educação. A criação da JNICT, pode dizer-se, veio revelar o fracasso do IAC no que respeita à coordenação intersectorial, um pouco à semelhança do que acontecera com o *Consejo Superior de Investigaciones Científicas* (CSIC), em Espanha, quando da criação da *Comisión Asesora de Investigación Científica y Técnica* (CAICYT), quase dez anos antes, em 1958.²²

Na prática, a preocupação com a modernização falhada do sistema económico fez surgir entre as elites nacionais algumas tentativas “subterrâneas” de formular uma solução para a escassa qualificação da mão de obra e para a fraca modernização do setor produtivo.²³

Compreende-se assim que no seu diploma fundador se salientem, para além da *urgência*, acima referida, de definir a “política científica nacional”, duas questões prévias e fundamentais: (i) a integração do novo organismo na Presidência do Conselho, afastando-o do IAC, com a justificação da sua ação se estender a outros setores, incluindo as províncias ultramarinas e (ii) o cometimento de tarefas,

²² A partir do período do final dos anos 50, e depois durante os anos 60, os “sistemas nacionais de ciência” atravessaram um momento em que, em parte devido ao choque do *Sputnik* (primeiro satélite artificial, Outubro de 1957, lançado pela União Soviética), se (re)equacionaram os pressupostos das suas políticas científicas o que, do ponto de vista institucional, conduziu a uma profunda reestruturação da organização da ciência, mormente tendo em vista uma coordenação das investigações e inclusive tendo em vista, em termos genéricos, uma maior racionalização dos recursos nacionais. Além do exemplo Espanhol (depois do CAICYT, em 1963, seria criada outra entidade de coordenação, a *Comisión Delegada del gobierno de Política Científica*), naturalmente nos Estados Unidos houve desenvolvimentos nesse sentido (*Special Assistant for Science and Technology*, em 1957, depois o *Federal Council for Science and Technology*, em 1959, e, mais tarde, no gabinete executivo do Presidente, um *Office of Science and Technology*, em 1962), assim como em França, em que se assistiu à criação de um esquema organizacional claramente preocupado com a coordenação e racionalização dos recursos científicos e técnicos nacionais – um *Comité Interministériel de la Recherche Scientifique* (CIRS, em 1960), um *Comité Consultatif de la Recherche scientifique et technique* (CCRST, em 1962), e uma *Délégation Générale de la Recherche Scientifique et Technique* (DGRST, em 1961). Com o mesmo propósito, na Grã-Bretanha criava-se mesmo um Ministério para a Ciência (em 1959), que, contudo, não viria a contar com ministério, apenas com ministro. Entre várias possíveis referências, retenha-se as seguintes: SANZ MENÉNDEZ, 1997, p. 134 e 138; ROSE & ROSE, 1971, p. 154; GILPIN, 1968, p. 106 e ss. e 207 e ss.; SALOMON, 1977, p. 50; PIGANIOL, 1963. Sobre a distinção entre estas diferentes formulações ou tipologias institucionais, veja-se BRANDÃO, 2008, p. 61, nota 220.

²³ ROLLO & BRITO, p. 466; ROLLO *et alii*, 2012, p. 256 e ss. e 250; ROSAS, 2000, p. 12; BRITO, 1995; SANTOS, 1996.

“independentemente de funções de estudo, tendentes a coordenar as atividades dos serviços oficiais interessados tanto na investigação científica como na tecnológica, pelo menos nos seus dois aspetos mais salientes: os que têm reflexo na defesa nacional e os que têm impacte direto no desenvolvimento económico.”

A este percurso e à natureza da JNICT está indelévelmente associada a ação de Leite Pinto, que viria a ser o seu primeiro presidente.

Em relação à missão da JNICT, importa notar que logo inicialmente, durante os primeiros anos, várias iniciativas foram conduzidas, desde logo a participação, ou coordenação da participação, em reuniões internacionais (OTAN, OCDE, ONU, etc.), ou ainda o estabelecimento de estruturas permanentes, sobretudo com a criação de várias comissões em áreas consideradas estratégicas: Comissão Permanente de Estudos do Espaço Exterior²⁴; Comissão Permanente INVOTAN²⁵; Comissão Nacional do Ambiente²⁶; Comissão Permanente para a Cooperação Científica e Técnica com as Comunidades Europeias e com a OCDE – COCEDE²⁷.

Entretanto, em 1972, a JNICT ‘aderiu’ ao planeamento, assumindo a função de gabinete setorial de planeamento para a área horizontal da ciência e tecnologia, área que nos planos anteriores não aparecia autonomizada, envolvendo-se, portanto, nos trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento. Por fim, como principais iniciativas levadas a cabo pela JNICT, refira-se a sistematização das atividades de inventariação dos recursos em Ciência e Tecnologia – de facto, foi dada prioridade à inventariação sistemática de recursos nacionais e, em junho de 1973, foram publicados os primeiros dados, relativos a 1971, sobre despesa e outros elementos para a caracterização e conhecimento do campo científico e técnico em Portugal.

Com o 25 de abril de 1974, houve que reacertar o destino da investigação científica evitando trilhos confusos e incertos. Apesar das boas intenções constitucionais, o reduzido orçamento para as despesas de I&D e as resistências setoriais, a uma administração pública e coordenada da ciência, vieram marcar negativamente o período de 1974 a 1986, como de impasse, pródigo em iniciativas, mas, com frequência, de sentido oposto ou contraditório.²⁸

24 Portaria n.º 29/70, de 14 de janeiro de 1970.

25 Portaria n.º 141/70, de 12 de março de 1970.

26 Portaria n.º 316/71, de 19 de junho de 1971.

27 Portaria n.º 357/71, de 3 de julho de 1971.

28 GONÇALVES, 1998, p. 249.

Em 1976, o Instituto de Alta Cultura (IAC) foi transformado no Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC). Notava-se que o IAC, apesar de reorganizado em 1973²⁹, se mostrava desadaptado às realidades presentes, não tendo conseguido dar resposta às solicitações que lhe eram dirigidas, quer no campo da investigação científica, quer no que se refere à difusão da língua e cultura portuguesas. Assim, e correspondendo às duas grandes finalidades apontadas, julgava-se conveniente a partição, por dois institutos, das funções até então atribuídas ao IAC. Portanto, as competências e meios de execução correspondentes à investigação científica são retiradas ao IAC e atribuídas ao novo Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), criado pelo Decreto n.º 538/76, de 9 de julho de 1976³⁰. As competências e meios de execução correspondentes à difusão da língua e cultura portuguesas no estrangeiro viriam a ser atribuídas ao Instituto de Cultura Portuguesa (hoje Instituto Camões), pelo Decreto-lei n.º 541/76³¹.

No contexto de uma mal-disfarçada disputa de competências³², a JNICT ficou na esfera do Ministério das Finanças e Planeamento, e o recém-criado Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETI, antigamente o INII³³), no Ministério da Indústria. Nos inícios dos anos 80, a JNICT introduziu o primeiro Plano Integrado de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIDCT), prevendo medidas claras de política científica destinadas à investigação científica, que assumia então como o seu principal instrumento de política científica. Aconteceu que, já em 1983, o Ministério da Indústria, através do LNETI, lançou o Plano Tecnológico Nacional (PTN), uma iniciativa que viria a causar conflitos institucionais com a política da JNICT³⁴.

Foi já no quadro da integração europeia que os mecanismos de política científica se reforçaram, alargando a diversidade das fontes e os instrumentos de financiamento, e intensificando ainda o trabalho em rede com

²⁹ Decreto-Lei n.º 613/ 73 de 15 de novembro de 1973, *Diário do Governo*, I Série, n.º 267, 15 de novembro de 1973.

³⁰ Pelos Ministérios da Administração Interna, das Finanças e da Educação e Investigação Científica, publicava-se em *Diário da República*, I Série, n.º 159, 9 de julho de 1976, a criação do INIC.

³¹ Pelo Ministério da Educação e Investigação Científica, publicava-se em *Diário da República*, I Série, n.º 159, 9 de julho de 1976, a determinação de que o Instituto de Alta Cultura passasse a designar-se por Instituto de Cultura Portuguesa.

³² CARAÇA, 2002; e HEITOR & HORTA, 2004.

³³ Com efeito, pelo Decreto-lei n.º 548/77, de 31 de dezembro de 1977, emerge o LNETI, da fusão de vários organismos, inclusive o INII. HENRIQUES, 2006, p.58 e ss.

³⁴ HEITOR & HORTA, 2004, pp. 15-16.

parceiros externos³⁵. De facto, é reconhecido que foi preciso esperar pela entrada de Portugal na Comunidade Europeia para assistir a um “real impulso dos investimentos públicos na investigação científica”.³⁶

Em 1986, a JNICT acabou por estabilizar no Ministério do Plano (posteriormente designado Ministério do Planeamento e da Administração do Território)³⁷. Em 1987, na sequência das Jornadas Nacionais de Investigação Científica e Tecnologia, constituindo um assinalável contributo da comunidade nacional de C&T para a modernização do País³⁸, a JNICT lançou o Programa Mobilizador de Ciência e Tecnologia (PMCT), cujo objetivo era a implementação de um conjunto de projetos dinamizadores de C&T, a nível nacional. Pouco mais tarde, em 1988, a Assembleia da República aprovou uma lei que propunha um modelo de C&T, a intitulada *Lei sobre a Investigação Científica e do Desenvolvimento Tecnológico*³⁹. Nesse diploma foi levada a cabo uma importante reestruturação da JNICT, consolidando-se o seu papel de instituição financiadora e enquadrando os seus programas na elegibilidade explícita do Quadro Comunitário de Apoio (QCA)⁴⁰, designadamente programas de fomento como o Programa CIENCIA (Criação de Infraestruturas Nacionais de Ciência, Investigação e Desenvolvimento) (1990-1993).

Sob o impulso de um pacote de medidas sustentado pelos fundos estruturais, a JNICT ganhou um protagonismo acima dos outros organismos. Não tardou o Decreto-Lei n.º 188/92, extinguindo o Instituto Nacional de Investigação Científica⁴¹, tendo sido as suas principais atribuições transferidas para a JNICT. Ressalvava-se, porém, que a situação seria transitória, até à efetiva criação dos organismos resultantes da reestruturação atrás referida.

O crescimento das atividades da JNICT ficaria comprovado no contexto da aprovação de nova Lei Orgânica em 1994, onde se refere que,

“desde 1988, o sistema científico e tecnológico nacional evoluiu de tal forma que se tornou necessário repensar a organização

³⁵ CARAÇA, 2002, p. 221.

³⁶ RUIVO, 1998, pp. 221-223.

³⁷ HEITOR & HORTA, 2004, p. 15.

³⁸ HEITOR & HORTA, 2004, p. 18; e ABREU, 1987, p. 108.

³⁹ Lei n.º 91/88, Assembleia da República, *Diário da República*, I Série, n.º 187, 13 de agosto de 1988.

⁴⁰ Decreto-Lei n.º 374/88, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, *Diário da República*, I Série, n.º 244, 21 de outubro de 1988. Nova Lei Orgânica da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

⁴¹ Ministério do Planeamento e da Administração do Território, *Diário da República*, I-A Série, n.º 197, 27 de agosto de 1992.

estrutural e funcional resultante da alteração então operada. Na realidade, em termos de gestão financeira do sistema, a JNICT administra hoje valores oito vezes superiores aos administrados no ano da sua reestruturação, para o que contribuiu a gestão dos grandes programas de investigação científica e desenvolvimento tecnológico apoiados pelos fundos estruturais e, bem assim, os programas de I&D nacionais suportados por verbas do orçamento PIDDAC, de que são exemplo o Programa Ciência do primeiro Quadro Comunitário de Apoio e o Programa STRIDE, bem como a nível nacional, o Programa Mobilizador, o Programa Base Mobilidade dos Recursos Humanos.”⁴²

1.3. A Fundação para a Ciência e a Tecnologia (1997-)

A criação, em 1995, do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) significou uma profunda remodelação institucional. A criação de um ministério próprio, há muitas décadas recomendada pela OCDE, anunciava alterações⁴³. Com efeito, a breve prazo, em 1997, os poderes da JNICT foram distribuídos por três departamentos, a *Fundação para a Ciência e a Tecnologia* (FCT), que passava a ter funções de avaliação e financiamento, o *Instituto para a Cooperação em C&T Internacional* (ICCTI) e o *Observatório das Ciências e Tecnologias* (OCT), com funções de observação, inquirição e análise⁴⁴.

A FCT é um instituto público – dotado de autonomia administrativa e financeira e com património próprio – integrado na administração indireta do Estado e sob tutela e superintendência do Ministério da Educação e Ciência).

O Decreto-Lei n.º 45/2012, de 23 de Fevereiro, que fixou a nova orgânica da entidade, afirma que é missão da FCT

“o desenvolvimento, o financiamento e a avaliação de instituições, redes, infraestruturas, equipamento científicos, programas, projetos e recursos humanos em todos os domínios da ciência

⁴² Decreto-Lei n.º 201/94, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, *Diário da República*, I-A Série, Suplemento, n.º 168, 22 de julho de 1994.

⁴³ Decreto-Lei n.º 296-A/95, Presidência do Conselho de Ministros, *Diário da República*, I-A Série, Suplemento, n.º 266/95, 17 de novembro de 1995.

⁴⁴ Aprova a Lei Orgânica da Fundação para a Ciência e Tecnologia, Decreto-Lei n.º 188/97, Ministério da Ciência e da Tecnologia, *Diário da República*, I-A Série, n.º 172/97, 28 de julho de 1997. HEITOR & HORTA, 2004, p. 19.

e da tecnologia, bem como o desenvolvimento da cooperação científica e tecnológica internacional (Art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 45/2012, de 23 de Fevereiro).”

Na concretização da sua missão, a FCT tem por atribuições, entre outras:

- “1.Promover e apoiar a realização de programas e projetos nos domínios da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico;
- 2.Promover e apoiar a investigação, o desenvolvimento e a inovação em áreas estratégicas;
- 3.Financiar ou co-financiar os programas e projetos aprovados e acompanhar a respectiva execução, bem como acções de formação e qualificação de investigadores;
- 4.Promover e apoiar a criação e a modernização de infra-estruturas de apoio às atividades de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico;
5. Avaliar as actividades nacionais de ciência e tecnologia;
6. Promover a cultura científica e tecnológica e a difusão e divulgação do conhecimento científico e técnico”.

A FCT tem uma estrutura orgânica hierarquizada sendo composta pelos seguintes órgãos:

- Conselho Diretivo (um presidente e dois vogais);
- Conselho Coordenador (órgão colegial plenário);
- Conselho Científico (quatro conselhos consultivos);
- Fiscal Único (Decreto-Lei nº 45/2012, de 23 de Fevereiro).

Em termos concretos, a atividade de promoção e financiamento da investigação científica e tecnológica da FCT consubstancia-se em cinco tipos de apoios diferentes, aos quais estão afetos diferentes recursos:

- Projetos
- Recursos Humanos
- Instituições
- Equipamento
- Eventos (congressos, edições).

Tipos de apoio à atividade científica existentes na FCT



2. O Arquivo de Ciência e Tecnologia da FCT

A FCT dispõe de um espólio histórico que se encontra bem preservado, tendo sobrevivido – contra o que tem acontecido com importantíssimos acervos históricos públicos e privados – a voragens, abandonos e até destruições provocados por razões de ordem muito diversa.

Trata-se de um acervo único e de inegável interesse e qualidade histórica, que acompanha e repercute a textura e a atividade cultural e científica portuguesa desde os meados do século XX até à atualidade, a forma como se desenharam, estruturaram e desenvolveram estratégias e políticas de enquadramento dessa atividade, as relações que se estruturaram e aconteceram em sede nacional e internacional entre os diversos tipos de organismos, públicos ou privados, de alguma forma ligados à vida científica.

2.1. Organização do Arquivo da FCT

Considerando o inestimável valor científico e patrimonial desse acervo histórico a FCT celebrou um protocolo de colaboração com o Instituto de História Contemporânea (IHC) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), que, com o acompanhamento da Direção-Geral de Arquivos, tem o objetivo de promover o tratamento e a organização indispensáveis à sua preservação, divulgação e estudo.

O trabalho já realizado vem confirmar o interesse e valorizar a existência do arquivo histórico da FCT, e, nesse sentido, enaltecer e reforçar a responsabilidade da sua salvaguarda. Refira-se, entre outros aspetos, o que a documentação representa para o conhecimento da:

- história da organização da atividade científica em Portugal desde meados do século XX, tanto na dimensão nacional como perspetivada no palco internacional;
- estruturação e caracterização do essencial das políticas e das estratégias, públicas e privadas, bem como dos meios de implementação e gestão da atividade científica em Portugal desde meados do século XX;
- identificação e caracterização do perfil e da atividade científica da maior parte (quase todas, diria mesmo) das atualmente designadas unidades de investigação existentes em Portugal e do seu percurso histórico em muitos casos desde a sua constituição, permitindo o seu estudo prosopográfico;
- identificação e caracterização do perfil e da atividade científica do conjunto de bolseiros e especialistas e outros cientistas que beneficiaram do apoio sob diversos moldes ou mantiveram alguma relação com os organismos que constituíram ou constituem o enquadramento institucional que atualmente conhecemos como FCT, permitindo o seu estudo biográfico e sociológico;
- repercussão ou réplica do essencial da atividade científica realizada em Portugal e até da sua análise e relatório, permitindo o seu conhecimento e estudo.

Este Arquivo pretende também encetar a possibilidade de colaboração com outras entidades, no apoio no tratamento documental e eventual integração de espólios ou acervos documentais com interesse para o conhecimento e o estudo da história da ciência e da organização da ciência e das políticas científicas em Portugal, nomeadamente o arquivo histórico da Junta de Energia Nuclear.

O Arquivo Histórico de Ciência e Tecnologia (AHCT) pretende integrar conjuntos de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por pessoas e instituições que:

- a) efetuam investigação científica;
- b) contribuem para o progresso tecnológico;
- c) realizam um conjunto de outras atividades relacionadas com a investigação como o planeamento, o financiamento, a cooperação internacional, a organização e divulgação de documentação e informação científica, entre outros.

O Arquivo Histórico de Ciência e Tecnologia da FCT foi formalmente inaugurado a 16 de dezembro de 2011, ficando determinada a sua abertura oficial ao público.

2.2. Os fundos documentais do Arquivo Histórico de Ciência e Tecnologia da FCT⁴⁵

A documentação de arquivo à guarda da FCT não corresponde a um fundo ou arquivo, mas a um grupo de arquivos ou, se quisermos ser mais rigorosos, a um grupo de arquivos e de partes de arquivos. Segundo as *Orientações para a descrição arquivística*, um grupo de arquivos deve ser entendido como um conjunto de fundos de natureza idêntica ou de matéria análoga, provenientes de administrações idênticas ou afins⁴⁶.

O denominador comum da documentação existente nos depósitos da FCT está na atividade documentada, a “promoção, o financiamento e o acompanhamento da investigação científica e tecnológica em Portugal”, primeiro levada a cabo pela JNICT, depois pela FCT e, em simultâneo com ambas, por um conjunto de entidades públicas com atribuições específicas, entretanto extintas.

Alguns dos fundos de arquivo integrados no AHCT decorrem das relações da JNICT e da FCT com outras entidades produtoras de documentação, com as quais se desenvolveram relações e que, nalguns casos, vieram a integrar as suas atividades e/ou os respectivos acervos documentais na JNICT e FCT.

Os fundos existentes no AHCT foram produzidos pelas seguintes instituições e pessoas:

⁴⁵ O objetivo deste ponto é dar a conhecer as instituições que produziram os fundos de arquivo que existem no Arquivo Histórico de Ciência e Tecnologia. Procurámos, igualmente, apresentar em linhas muito gerais esses mesmos arquivos pelo que referimos apenas alguma da documentação que neles existe, nomeadamente, a documentação que se reporta às funções-fim dessas instituições.

⁴⁶ DIREÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS, 2007, p. 302.

- Junta Nacional para a Investigação Científica e Tecnológica (1967-1997)
- Fundação para a Ciência e a Tecnologia (1997-...)
- Instituto Nacional de Investigação Científica (1976-1992)
- Gabinete de Gestão do PRAXIS XXI (1994-1999)
- Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional (1997-2002)
- Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior (2002-2007)
- Comissão INVOTAN (1959-...)
- Espólio Mariano Gago

No que respeita às duas primeiras entidades, a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica e a sua sucessora direta, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, largamente mencionadas neste trabalho, é de referir que os respetivos arquivos têm uma linha de continuidade ao nível da atividade que se reflete nos próprios processos e documentação. Assim, no que concerne aos seus arquivos podemos afirmar que o grosso da documentação corresponde a processos de gestão de financiamento de bolsas, de projetos, de unidades de investigação e de infraestruturas científicas, bem como documentação relacionada com a cooperação internacional, multilateral e bilateral.

O Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC) existiu entre 1976 e 1992, na dependência do Ministério da Educação e da Ciência. Resultou da extinção e partição por dois serviços distintos das competências do Instituto de Alta Cultura: o INIC passou a deter competências ao nível da atividade de investigação científica (Decreto n.º 538/76, de 9 de julho de 1976); o Instituto de Cultura Portuguesa (hoje Instituto Camões) ficou com as competências inerentes ao ensino e à difusão da língua e da cultura portuguesa no estrangeiro (Decreto-Lei n.º 541/76, de 9 de julho de 1976).

Segundo o diploma de criação, o INIC tinha por missão contribuir para

“o fomento da investigação científica e para a formulação, coordenação e realização da política científica nacional, bem como colaborar na definição e execução dos planos de preparação do pessoal qualificado necessário ao desenvolvimento do país” (Art. 1.º do Decreto-Lei n.º 538/76, de 9 de julho de 1976).

O INIC tinha na sua dependência as dezenas de centros e institutos de investigação, espalhados pelas universidades, sendo o grosso do seu arquivo composto, naturalmente, por processos de financiamento de bolsas e de institutos e centros de investigação

O diploma que extinguiu o INIC decretou a transferência de uma parte das suas atribuições, do seu quadro de pessoal e do seu arquivo dos serviços centrais, para a JNICT (Decreto-Lei n.º 188/92, de 27 de agosto). A concessão de bolsas do extinto INIC, foi também assegurada pela JNICT. As unidades de investigação passaram, na maioria dos casos, para a dependência das universidades onde exerciam a sua atividade.

Legislação do INIC

| | |
|---|------------------------|
| Decreto-Lei n.º 538/76, de 9 de julho | Criação do INIC |
| Decreto-Lei n.º 414/80, de 27 de setembro | Reestruturação do INIC |
| Decreto-Lei n.º 188/92, de 27 de agosto | Extinção do INIC |

O Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional (ICCTI) resultou da remodelação institucional que criou o Ministério da Ciência e Tecnologia em 1996 (Decreto-Lei n.º 144/96, de 26 de agosto) e reestruturou a própria JNICT.

Como já referimos, em 1997, novas leis orgânicas transferiram velhas atribuições da JNICT para três serviços então criados na dependência do MCT: a FCT, que passou a ter funções de avaliação e financiamento; o Instituto para a Cooperação Científica e Tecnológica Internacional; e o Observatório das Ciências e Tecnologias, com funções de observação, inquirição e análise.

O ICCTI, de acordo com o diploma de criação, tinha entre outras atribuições,

“dirigir, orientar e coordenar as ações de cooperação internacional no domínio da ciência e da tecnologia, sem prejuízo das competências do Ministério dos Negócios Estrangeiros” (Decreto-Lei n.º 187/97, de 28 de julho).

A cooperação internacional no domínio da ciência e da tecnologia envolvia o apoio e o acompanhamento relativos:

- à participação da comunidade científica e tecnológica nos programas da União Europeia, designadamente, nos Programas-Quadro;
- a projetos integrados em acordos e convênios de cooperação científica e tecnológica ou acordos culturais (cooperação bilateral);

- à participação da comunidade científica e tecnológica nas organizações internacionais de que Portugal era membro (cooperação multilateral);
- à cooperação internacional com os PALOP's.

Junto do ICCTI passou a funcionar a Comissão Permanente INVOTAN, até então sob alçada da JNICT, responsável pela gestão, coordenação e divulgação a nível nacional das atividades científicas da NATO/OTAN.

No que respeita ao arquivo do ICCTI, nele encontramos sobretudo processos de cooperação multilateral (com várias organizações e redes internacionais – CERN (Organização Europeia para a Investigação Nuclear), EMBC (Conferência Europeia de Biologia Molecular), ESA (Agência Espacial Europeia), ESO (Observatório Europeu do Sul), COST (Cooperação Europeia no domínio da Investigação Científica e Tecnológica), CYTED (*Programa Iberoamericano de Ciencia y Tecnologia para el Desarrollo*), ESF (*European Science Foundation*), entre outras). Os processos resultantes desta cooperação são essencialmente relativos à representação de Portugal em reuniões nestas organizações internacionais.

Existe, também, documentação resultante de acordos interinstitucionais, ou seja, processos de cooperação bilateral. Desta cooperação, resulta maioritariamente a promoção e divulgação de projetos de investigação e de mobilidade de recursos humanos.

Legislação do ICCTI

| | |
|--|-------------------|
| Decreto-Lei n.º 187/97, de 28 de julho | Criação do ICCTI |
| Decreto-Lei n.º 120/2003, de 18 de junho | Extinção do ICCTI |

O Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior (GRICES) foi criado em 2002 na dependência do Ministério para a Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Decreto-Lei n.º 120/2003, de 18 de junho) na sequência da extinção do ICCTI, herdando as respetivas atribuições, arquivo e quadro de pessoal. Nesta medida, existe uma linha de continuidade entre os dois arquivos e, conseqüentemente, a documentação do arquivo do GRICES é composta por processos de cooperação multilateral e bilateral.

As reestruturações institucionais no Ministério para a Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Decreto-Lei n.º 214/2006, 27 de outubro) realizadas no âmbito do PRACE, extinguíram o GRICES e distribuíram as suas atribuições

pela FCT e pelo Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do MCTES (Decreto Regulamentar n.º 60/2007, de 27 de abril). A Comissão INVOTAN passou para a FCT. A passagem de uma parte das atribuições do GRICES para a FCT resultou, naturalmente, na transferência de uma parte do arquivo do ICCTI-GRICES.

Legislação do GRICES

| | |
|--|--------------------|
| Decreto-Lei n.º 120/2003, de 18 de junho | Criação do GRICES |
| Decreto Regulamentar n.º 60/2007, de 27 de abril | Extinção do GRICES |

O Gabinete de Gestão do PRAXIS XXI existiu entre 1994 e 1999, na dependência do Ministério do Planeamento e da Administração do Território, transitando mais tarde para o Ministério da Ciência e da Tecnologia. A Intervenção Operacional Ciência e Tecnologia, mais conhecido pela sigla PRAXIS XXI, inseria-se no II Quadro Comunitário, e tinha como antecedentes diretos os programas CIENCIA e STRIDE (*Science and Technology for Regional Innovation and Development*). Estava dividida em seis medidas que, por sua vez, se subdividiam em várias ações. As primeiras eram:

1. Reforço de Infraestruturas;
2. Desenvolvimento da Base do Sistema de C&T;
3. Mobilização da Capacidade Científica e Tecnológica para a Inovação e o Desenvolvimento Regional;
4. Formação Avançada de Recursos Humanos;
5. Assistência Técnica FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional);
6. Assistência Técnica FSE (Fundo Social Europeu)⁴⁷;

O Gabinete de Gestão do PRAXIS XXI funcionou como uma ponte entre os vários agentes do PRAXIS, a saber, a JNICT/FCT, a Agência da Inovação (AdI) e a Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica – CIÊNCIA VIVA. Tinha por missão a gestão técnica, administrativa e financeira da Intervenção Operacional, apoiada por fundos comunitários (FEDER e FSE) (Decreto-Lei n.º 99/94, de 19 de abril) e alguns fundos nacionais (PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central). O arquivo produzido pelo Gabinete de Gestão é composto, sobre-

⁴⁷ MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO, s.d..

tudo, por processos de financiamento de projetos e infraestruturas existindo também muita documentação relacionada com o acompanhamento das Medidas geridas pelos agentes acima nomeados (JNIC/T/FCT, AdI, CIENCIA VIVA).

Legislação do GGP XXI

| | |
|---------------------------------------|--|
| Decreto-Lei n.º 99/94, de 19 de abril | Estrutura orgânica relativa à gestão, acompanhamento e execução do Quadro Comunitário de Apoio |
|---------------------------------------|--|

A Comissão INVOTAN foi criada de forma oficiosa, em 1959, e integrada na JNIC/T, em 1970 (Portaria n.º 141/70 de 12 de Março), passando então a designar-se Comissão Permanente INVOTAN. Era sua competência

“coordenar a investigação científica realizada no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte” (Portaria n.º 141/70 de 12 de Março).

Como referimos acima, em 1998, a INVOTAN foi transferida para o ICCTI e, quatro anos depois transitou para o GRICES, acabando por estabelecer na Fundação para a Ciência e a Tecnologia, desde 2007. Este arquivo é, sobretudo, composto por processos de bolsas.

Legislação da Comissão INVOTAN

| | |
|--|--|
| Portaria n.º 141/70, de 12 de Março | Integração da Comissão INVOTAN na JNIC/T |
| Decreto-Lei n.º 187/97, de 28 de Julho | Integração da Comissão Permanente INVOTAN no ICCTI |
| Decreto-Lei n.º 120/2003, de 18 de junho | Integração da Comissão INVOTAN no GRICES |
| Decreto-Lei n.º 152/2007, de 27 de abril | Integração da Comissão INVOTAN na FCT |

Por último, o Espólio Mariano Gago foi doado pelo próprio à Fundação para a Ciência e a Tecnologia, em Dezembro de 2011. A documentação doada reporta-se à atividade do Professor José Mariano Gago, enquanto Presidente da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, entre 1986 e 1989.

2.3. Projeto de tratamento e organização do Arquivo Histórico de Ciência e Tecnologia da FCT

Dada a importância desse património, em maio de 2008, a FCT procurou a colaboração do Instituto de História Contemporânea (IHC) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL) com o propósito de promover a organização, o tratamento e a divulgação do seu arquivo histórico.

Desde então, um grupo de arquivistas, investigadores e técnicos do IHC tem dedicado o seu trabalho ao estudo das massas acumuladas respeitantes ao acervo documental da FCT e ao levantamento de informação para elaboração dos respetivos plano de classificação e tabela de seleção.

Entretanto, a FCT constituiu uma equipa encarregue de implementar e acompanhar as tarefas de um sistema de gestão documental indispensável ao bom funcionamento da instituição, garantindo ao mesmo tempo a sua articulação com o arquivo histórico e, dessa forma, a preservação da sua história e da sua memória.

O tratamento e organização da documentação acumulada à guarda da Fundação para a Ciência e a Tecnologia teve início em maio de 2008. Em dezembro de 2009 foram concluídos o levantamento e a análise dos cerca de 3 500 metros lineares de documentação, que compõem o arquivo da Fundação. Com base neste trabalho preliminar foi elaborado um *Relatório de Avaliação de Documentação Acumulada para a Fundação para a Ciência e a Tecnologia*, apresentado em janeiro de 2010 à Direção-Geral de Arquivos (D GARQ), que tem, aliás, apoiado e acompanhado este projeto. O parecer favorável da D GARQ (recebido em março de 2010) permitiu a continuidade do trabalho e a concretização das seguintes tarefas:

- i) Seleção física e separação das espécies documentais sem valor arquivístico e cujos prazos de conservação administrativa já prescreveram;
- ii) Seleção física e separação das espécies documentais duplicadas / cópias;
- iii) Elaboração dos autos de eliminação da documentação referida nos dois primeiros pontos, com vista à sua eliminação;
- iv) Elaboração de uma listagem discriminada das espécies documentais existentes;
- v) Reordenação e limpeza dos corpos, estantes e prateleiras dos vários depósitos depois de feita a triagem da documentação para eliminação, de maneira a rentabilizar e diminuir o espaço afeto a arquivo;

- vi) Reorganização dos depósitos tendo em conta os espaços disponíveis para arquivo histórico.

Concluída a primeira fase do tratamento e organização da documentação acumulada, procedeu-se ao início do trabalho de descrição da documentação de conservação permanente e à preparação da elaboração do inventário do arquivo histórico da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP (disponível em <http://arquivo.fct.mctes.pt/>, desde junho 2011) que envolve, entre outras, as seguintes tarefas:

- i) Procedimentos mínimos de higienização da documentação como a remoção de poeiras, de agrafos e de *clips* metálicos (substituição em algumas situações por *clips* de plástico);
- ii) Substituição de várias unidades de instalação desadequadas à dimensão da documentação que acondicionam;
- iii) Atribuição de um código de identificação e colocação de etiquetas com os respetivos códigos nas unidades de instalação;
- iv) Elaboração de estudos orgânico-funcionais das entidades públicas produtoras da documentação à guarda da Fundação.
- v) Elaboração de registos de autoridades arquivísticas referentes às entidades mencionadas no ponto anterior, segundo as orientações preconizadas nas *ISAAR(CPF)* e na II Parte das *Orientações para a Descrição Arquivística*.
- vi) Elaboração do inventário das unidades documentais, seguindo as orientações preconizadas nas *ISAD(G)* e na I Parte das *Orientações para a Descrição Arquivística*;
- vii) Descrição arquivística em aplicação informática normalizada *DigitArq*.

No seguimento de identificação de outros espólios de ciência (institucionais, pessoais), deu-se início ao trabalho de tratamento e organização do arquivo da Junta de Energia Nuclear, sendo o Instituto Tecnológico e Nuclear a entidade detentora. Este trabalho vai permitir a elaboração do inventário deste importante fundo e a sua disponibilização eletrónica a partir do módulo Web do sistema de descrição *DigitArq* em utilização pelo Arquivo Histórico de Ciência e Tecnologia, IP.

O AHCT recebeu também parte do espólio pessoal Mariano Gago, por doação do próprio, documentação relevante a esta nova estrutura da FCT, iniciando-se desde já a transferência da documentação relativa às I Jornadas de Ciência e Tecnologia, realizadas em 1987.

Para além do acervo documental sumariamente enunciado, a FCT é ainda detentora de uma inestimável coleção de bibliografia nacional e internacional que importa salvaguardar, identificar e disponibilizar. Por isso, a par do projeto de preservação, organização e divulgação do arquivo histórico, está em curso um trabalho de identificação e organização desse corpo bibliográfico.

2.4. Plano de Classificação e publicação da Portaria de Gestão de documentos da FCT

A classificação surge como a componente intelectual da organização, que consiste na elaboração e/ou aplicação de um plano de classificação. Um arquivo bem organizado pressupõe a existência de classes pré-definidas atendendo às áreas funcionais da entidade produtora. Nenhum programa de gestão documental dispensa a tabela de seleção, instrumento regulador de prazos de conservação e eliminação de documentos de arquivo. É o documento que orienta a avaliação, seleção e eliminação de documentação que deixa de ter interesse administrativo e respetiva definição de prazos de conservação e destino final. Inclui observações consideradas pertinentes para a justificação de prazos e destinos finais.

A 17 de maio de 2011 é publicado em Diário da República (Portaria n.º 194/2011) o *Regulamento de gestão de documentos da FCT*, aplicável à documentação produzida e recebida no âmbito das atribuições e competências da instituição.

Com a aplicação deste regulamento são estabelecidas regras de organização dos documentos de arquivo designadamente em termos de classificação e de fixação de prazos de conservação administrativa e destino final.

O trabalho de organização do Arquivo Histórico de Ciência e Tecnologia da FCT tem proporcionado a (re)descoberta de uma documentação inestimável para o estudo da temática geral da política e da organização da ciência em Portugal e das diversas áreas científicas e instituições associadas, entre diversas outras dimensões, comprovando a importância deste espólio.

Trata-se, conforme descrito, de um conjunto documental único, de grande valor intrínseco e essencial para o aprofundamento do estudo da atividade cultural e científica portuguesa desde os meados do século XX até à atualidade em múltiplos domínios.

O facto de se encontrar preservado, organizado e disponível à consulta pública, a que acresce a disponibilidade da FCT no sentido de integrar espólios pessoais, como já ocorreu com a oferta do arquivo de José Mariano Gago, valorizam ainda mais a ação e o trabalho promovido pela FCT, contando com a colaboração e o apoio científico do Instituto de História Contemporânea da FCSH – UNL e o acompanhamento técnico da DGARQ.

Refira-se, por fim, na sequência do parecer favorável da Direção-Geral de Arquivos, a adesão do Arquivo da FCT à Rede Portuguesa de Arquivos (<http://portal.arquivos.pt/search?archive.id=FCT>), partilhando, agora também por essa via, a missão da divulgação do património arquivístico, tornando-o acessível ao cidadão, de forma rápida e eficaz. Através da sua articulação com outras redes de informação internacionais, como a EUROPEANA ou a APENET, a adesão a este repositório permitirá a crescente divulgação e reconhecimento do património arquivístico que a FCT tem à sua guarda.

Bibliografia final

- AA.VV (1986) – História e desenvolvimento da ciência em Portugal. 2 vols., Lisboa: Academia das Ciências.
- AA.VV (1992a) – *História e desenvolvimento da ciência em Portugal no Séc. XX*, coord. por José Pinto Peixoto, No II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa. 3 vols., Lisboa: Academia das Ciências.
- AA.VV (1992b) – *Big Science: The Growth of Large-Scale Research*. Edited by Peter Galison & Bruce Hevly. Stanford: Stanford University Press.
- AA.VV (1992c) – *The Politics of Western Science, 1640-1990*. Edited by Margaret C. Jacob. Atlantic Highlands, NJ: Humanities Press.
- ABREU, Armando Trigo de (1987) – Jornadas Nacionais de Investigação Científica e Tecnológica. *Revista de Ciência, Tecnologia e Sociedade*. 2, p. 108.
- BUSH, Vannevar (1945) – *Science, the Endless Frontier*. Washington: National Science Foundation.
- BRANDÃO, Tiago (2008) – *A Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (1967-1974). Organização da ciência e política científica em Portugal*. Lisboa: [s.n.] (tese de mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).
- BRITO, José Maria Brandão de (1995) – *A economia portuguesa nos anos 60: as questões do desenvolvimento na encruzilhada das "integrações"*. In *Ensaios de Homenagem a Francisco Pereira de Moura*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, p. 439-456.
- CARAÇA, João (2002) – *Ciência e investigação em Portugal no século XX*. In PERNES, Fernando (coord.) – *Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX. As Ciências e as Problemáticas Sociais*. Porto: Edições Afrontamento e Fundação Serralves, p. 209-224.

- DIREÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS – GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO (2007) – *Orientações para a descrição arquivística*. Lisboa: Direção-Geral de Arquivos. Disponível em < <http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/oda1-2-3.pdf>> (acedido em 15/12/2011).
- FITAS, José Augusto, NUNES, Maria de Fátima & RODRIGUES, Marcial A. E. (2008) – *Filosofia e História da Ciência em Portugal no Século XX*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- GILPIN, Robert G. (1968) – *La science et l'État en France*. Paris: Gallimard.
- GONÇALVES, Maria Eduarda (1998) – *Ciência II - A construção da política científica em Portugal 1967-1997. Portugal nas artes, nas letras e nas ideias*. Lisboa: Centro Nacional de Cultura, p. 45-95.
- GONÇALVES, Maria Eduarda (1996) – Mitos e realidades da política científica portuguesa. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 46, Outubro, p. 47-57.
- GREENBERG, Daniel S. (1967) – *The politics of pure science*. Chicago: University of Chicago Press.
- HEITOR, Manuel V. e HORTA, Hugo (2004) – *Engenharia e desenvolvimento científico: o atraso estrutural português explicado no contexto histórico*. In BRITO, J.M. Brandão de, ROLLO, Maria Fernanda e HEITOR, Manuel V. (coord.) – *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no século XX*. Vol. I. Lisboa: Dom Quixote, p. 331-381.
- HENRIQUES, Luísa (2006) – *The dynamics of a national system of innovation and the role of the non-profit space: Portugal as a research laboratory*. Lisboa: [s.n.] (tese de doutoramento em Economia e Inovação apresentada ao Instituto Superior de Economia e Gestão).
- HOLLOWAY, David (2010) – *Nuclear weapons and the escalation of the Cold War*. In LEFFLER, Melvyn & WESTAD, Odd Arne (ed.) – *Cambridge History of the Cold War*. Cambridge History of the Cold War. Vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press, p. 376-397.
- SANZ MENÉNDEZ (1997) – *Luis, Estado, ciencia y tecnología en España, 1939-1997*. Madrid: Alianza.
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E ADIMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO (s.d.) - *Praxis XXI*.
- PEREIRA, Ana Leonor, DOMINGUES, Heloísa B., PITA, João Rui & SALAVERRY, Oswaldo (2006) – *A Natureza, as suas Histórias e os seus Caminhos, 2.º Colóquio Internacional Temas de Cultura Científica*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- PIGANIOL, Pierre & VILLECOURT, Louis (1963) – *Pour une politique scientifique*. Paris: Flammarion.
- REYNOLDS, David (2010) – *Science, technology, and the Cold War*. In LEFFLER, Melvyn & WESTAD, Odd Arne (ed.) – *Cambridge History of the Cold War*. Vol. 3. Cambridge: Cambridge University Press, p. 378-399.
- REYNOLDS, David (2000) – *One world divisible: a global history since 1945*. London: Allen Lane.
- ROLLO, Maria Fernanda & BRITO, José Maria Brandão de (1996) – *Indústria Industrialização*. In ROSAS, Fernando & BRITO, J.M. Brandão de (coord.) – *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Bertrand, p. 460-480.
- ROLLO, Maria Fernanda (2007) – *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra. O Plano Marshall e a Economia Portuguesa dos anos 50*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- ROLLO, Maria Fernanda (2011) – Professores universitários demitidos pelo Estado Novo – Memória e Homenagem. *Revista Ingenium*. 126, novembro-dezembro, p.98-99.

- ROLLO, Maria Fernanda, QUEIROZ, Maria Inês e BRANDÃO, Tiago (2011) – Pensar e Mandar fazer Ciência. Princípios e pressupostos da criação da Junta de Educação Nacional na génese da política de organização científica do Estado Novo. *Ler História*, 61, p. 105-145.
- ROLLO, Maria Fernanda, QUEIROZ, Maria Inês, BRANDÃO, Tiago e SALGUEIRO, Ângela (2012) – *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no Século XX. Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*. Lisboa : Instituto Camões e Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- ROSAS, Fernando (1999) – *Estado Novo. Universidade e depuração política do corpo docente*. In PROENÇA, Cândida (org.) – *maio de 1968 trinta anos depois. Os movimentos estudantis em Portugal*. Lisboa: Colibri e Instituto de História Contemporânea, p. 77-92.
- ROSAS, Fernando (2011) – *A Depuração Política do Corpo Docente das Universidades Portuguesas durante o Estado Novo (1933-1974)*. Lisboa: Comissão Organizadora da Homenagem aos Docentes Demitidos das Universidades Portuguesas pelo Estado Novo.
- ROSAS, Fernando (2000) – *Salazarismo e Fomento Económico (1928-1948). O Primado do Político na História Económica do Estado Novo*. Lisboa: Editorial Notícias.
- ROSE, Hilary & ROSE, Steven (1971) – *Science and Society*, Harmondsworth: Pelican Book.
- RUIVO, Mário (1998) – *Ciência – Introdução. Portugal nas artes, nas letras e nas ideias*. Lisboa: Centro Nacional de Cultura, 45-95, p. 221-223.
- SALOMON, Jean-Jacques (1977) – *Science policy studies and the development of science policy*. In SPIEGEL-ROSING, Ina & PRICE, Derek de Solla (ed.) – *Science, technology and society. A cross-disciplinary perspective..* London: Sage, p. 43-70.
- SANTOS, Américo Ramos dos (1996) – *Abertura e bloqueamento da economia portuguesa*. In REIS, António (dir.) – *Portugal Contemporâneo. Vol. 3 – Do Declínio do Estado Novo à Implantação do Regime Democrático. Difícil Modernização da Economia e da Sociedade. Tempos de Mudança na Vida Cultural e nas Mentalidades*. Lisboa: Publicações Alfa, p. 109-150.
- WEINBERG, Alvin M. (1975) – *Criteria for Scientific Choice*. In KAPLAN (ed.) – *Science and Society*. Nova York: Arno Press, p. 387-399.
- WESTAD, Odd Arne (2000) – *Bernath Lecture: The New International History of the Cold War: Three (Possible) Paradigms, Diplomatic History*. 24 (4), p. 551-565.

Presidentes da JNICT

Francisco de Paula Leite Pinto

(22 de julho de 1967 - 30 de outubro de 1971)

João Maurício Fernandes Salgueiro

(fevereiro de 1972 - agosto de 1974)

Fernando Roldão Dias Agudo

(outubro de 1974 - setembro de 1976)

Adérito de Oliveira Sedas Nunes

(novembro de 1976 - junho de 1977)

José Caetano Pinto Mendes Mourão

(agosto de 1979 - setembro de 1985)

Vago

(1986)

José Mariano Rebelo Pires Gago

(maio de 1986 - 1989)

Carlos Eduardo do Rego da Costa Salema

(3 de maio 1989 - setembro de 1992)

Mário Adolfo Monteiro da Rocha Barbosa

(setembro de 1992 – fevereiro de 1994)

Fernando Manuel Cardoso Ramôa Ribeiro (interino)

(fevereiro de 1994 - 1994)

Fernando Manuel Cardoso Ramôa Ribeiro

(1994 - julho 1996)

Presidentes da FCT

Luís Pereira de Quintanilha e Mendonça Dias Torres Magalhães

(1997-2002)

Fernando Manuel Cardoso Ramôa Ribeiro

(2002-Dez. 2005)

João José Santos Sentieiro

(2006-2012)